

**DIRETORIA LEGISLATIVA**  
**CONSULTORIA LEGISLATIVA**

**ORIGEM:** Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica

**TIPO DE TRABALHO:** NOTA TÉCNICA

**ASSUNTO:** Detalhamento de proposta de estudo sobre a produção científica e tecnológica dos institutos de pesquisa com vistas a avaliar seu impacto sobre o desenvolvimento nacional.

**CONSULTOR:** Área XIV

**DATA:** 23/04/2003

## **I – Introdução**

O tema proposto ao Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica pela ilustre Deputada Luiza Erundina é sem dúvida da maior relevância, pois é de amplo conhecimento que diversos institutos de pesquisa públicos, tanto da esfera federal como estadual, vêm enfrentando, nos últimos anos, problemas de diversas ordens que afetaram e continuam afetando negativamente o desempenho dos papéis que lhe foram atribuídos pelo Estado no âmbito de uma política de ciência e tecnologia e de desenvolvimento nacional.

Os institutos de pesquisa brasileiros não constituem um conjunto homogêneo, uma vez que realizam em menor ou maior grau uma série de atividades muito distintas e possuem naturezas jurídicas, fontes de recursos diversas e empregados com diferentes perfis.

Tendo em vista essa diversidade, promover um diagnóstico da sua situação atual não é uma tarefa trivial. Sua execução pressupõe determinar o universo de instituições a serem abrangidas, bem como definir uma metodologia adequada, identificando as informações mais relevantes a serem coletadas, os indicadores de desempenho a serem aplicados e os procedimentos para sua coleta e tratamento, sem deixar de levar em consideração questões relacionadas à proteção da propriedade intelectual das pesquisas que podem exigir tratamento sigiloso dessas informações.

Por essas razões, resolvemos, em primeiro lugar, apresentar a esse egrégio Conselho informações mais concretas sobre o perfil dos institutos e centros de pesquisa brasileiros. Em seguida apresentamos de forma resumida informações sobre diagnósticos realizados nos últimos anos, como forma de balizar a tomada de decisões sobre o escopo do estudo a ser realizado.

Em seguida, sugerimos a escolha do universo de instituições a ser estudado e propomos uma metodologia de trabalho que deverá ser apreciada pelo Conselho antes que seja deslanchado o estudo em questão.

Por último, apresentamos uma proposta de cronograma simplificado para a realização das tarefas.

## **II – Perfil dos institutos e centros de pesquisa públicos**

Há até poucos anos atrás, a pesquisa científica e tecnológica brasileira estava localizada nas universidades e institutos de pesquisa públicos tanto da esfera federal como estadual. As mudanças promovidas no papel do Estado brasileiro, bem como as privatizações ocorridas em vários setores da economia mudaram um pouco essa predominância, com o aparecimento de institutos de pesquisa ligados ao setor privado. Mais recente é a tendência de transformar institutos e centros de pesquisa em organizações sociais, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que mantêm vínculo jurídico permanente com o Poder Público por meio de contrato de gestão<sup>1</sup>.

Embora os institutos ligados a empresas privadas se beneficiem, em muitos casos, do acesso a recursos públicos, na forma de incentivos fiscais e de fomento direto a projetos de pesquisa, consideramos que neste primeiro momento não deverão ser objeto do estudo ora em discussão. Limitamos portanto o presente levantamento às instituições de pesquisa públicas e àquelas que foram transformadas em organizações sociais.

Os institutos ou centros de pesquisa ligados à esfera federal estão vinculados aos ministérios responsáveis pelos diversos setores, sendo que a maioria deles está vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Os Ministérios da Saúde, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Minas e Energia, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Meio Ambiente e da Defesa também possuem institutos ou centros de pesquisa, num total de doze unidades.

No âmbito estadual, possuem institutos de pesquisa científica e tecnológica os Estados do Acre, Amapá, Bahia, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná, de acordo com

---

<sup>1</sup> O fomento do Poder Público a essas instituições pode compreender a destinação de recursos orçamentários e de bens, cessão especial de servidores públicos com ônus para a origem e a contratação pela administração pública com dispensa de licitação.

dados obtidos junto ao sítio Gestão C&T que congrega dados sobre os sistemas estaduais de ciência e tecnologia. Os quadros I e II elencam respectivamente os institutos de pesquisa públicos federais e estaduais, apresentando informações sobre sua vinculação e natureza jurídica.

Cabe observar que não se trata de um conjunto homogêneo. Em primeiro lugar, porque realizam atividades bem distintas, tais como pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, formação de recursos humanos em nível de graduação e pós-graduação, prestação de serviços técnicos para empresas, treinamento e reciclagem de pessoal especializado, desenvolvimento de produtos, entre outras.

Diferenciam-se, também, por sua natureza jurídica, podendo ser entes de direito público (órgão da administração direta, autarquia, fundação ou empresa pública) ou de direito privado (organização social e sociedade sem fins lucrativos). Os diferentes tipos de natureza jurídica implicam em diferentes formas de gestão administrativa e financeira, autonomia, formas de contratação de pessoal e relacionamento com clientes e fornecedores. Quanto ao porte, as diferenças são ainda mais gritantes. O quadro II dá uma idéia clara dessa constatação quando apresenta uma comparação, em termos de número de servidores e orçamento, entre os institutos do MCT, agregados em único item, e alguns dos mais importantes institutos federais.

Vinculação	Instituto/Centro	Natureza Jurídica
Ministério da Ciência e Tecnologia	▪ INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	Administração direta
	▪ MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi	Fundação
	▪ IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	Organização Social
	▪ IMPA – Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	Organização Social
	▪ CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	Administração direta

	▪ ON – Observatório Nacional	Administração direta
	▪ MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins	Administração direta
	▪ INT – Instituto Nacional de Tecnologia	Administração direta
	▪ Cenpra – Centro de Pesquisas Renato Archer	Administração direta
	▪ CETEM – Centro de Tecnologia Mineral	Fundação
	▪ INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	Administração direta
	▪ IRD – Instituto de Radioproteção e Dosimetria	Autarquia vinculada à CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
	▪ IEN – Instituto de Engenharia Nuclear	Administração direta/CNEN
	▪ CDTN – Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	Autarquia/CNEN
	▪ CRCN – Centro Regional de Ciências Nucleares	Autarquia/CNEN
	▪ LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica	Fundação
	▪ LNA – Laboratório Nacional de Astrofísica	Administração direta (em transição para Organização Social)
	▪ LNLS – Laboratório Nacional de Luz Síncrotron	Organização Social
	▪ IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	Fundação
Ministério da Saúde	▪ Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz	Fundação
Ministério das Minas e Energia	▪ Cenpes - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo A. Miguez de Mello	Centro de Pesquisas que faz parte da estrutura da Petrobras

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CEPEL – Centro de Pesquisas em Energia Elétrica</li> </ul>	Sociedade sem fins lucrativos
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CPRM – Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais</li> </ul>	Empresa Pública
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial</li> </ul>	Autarquia
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária</li> </ul>	Empresa Pública
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CEPEC – Centro de Pesquisas do Cacau</li> </ul>	Vinculada à CEPLAC – Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</li> </ul>	Fundação
Ministério da Defesa	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CTA – Centro Técnico Aeroespacial</li> </ul>	Administração direta
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CTMSP - Centro de Tecnologia da Marinha em São Paulo</li> </ul>	Administração direta
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ IEAPM – Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira</li> </ul>	Administração direta
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CASNAV – Centro de Análises de Sistemas Navais</li> </ul>	Administração direta
Ministério do Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Jardim Botânico do Rio de Janeiro</li> </ul>	Autarquia

Quadro I – Institutos e Centros de Pesquisa Federais

Estado	Instituto/Centro	Natureza jurídica e vinculação
Acre	▪ FUNTAC - Fundação de Tecnologia do Estado do Acre	Fundação/ Secretaria de Indústria e Comércio
Amapá	▪ IEPA - Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá	Órgão/ Secretaria de Estado da Tecnologia
Bahia	▪ CEPED - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento	Fundação/ Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia
Minas Gerais	▪ CETEC - Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais	Fundação/ Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Rio Grande do Sul	▪ CIENTEC – Fundação de Ciência e Tecnologia	Fundação/ Secretaria da Ciência e Tecnologia
Paraná	▪ TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná	Empresa/ Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
	▪ IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná	Órgão/ Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
São Paulo	▪ IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo	Empresa Pública/ Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo
	▪ IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares	Autarquia/Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, gerenciada técnica, administrativa e financeiramente pela CNEN.

▪ IAC – Instituto Agrônomo de Campinas	Órgão de pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
▪ ITAL – Instituto de Tecnologia de Alimentos	Órgão de pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
▪ Instituto Adolfo Lutz	Órgão/ Secretaria de Saúde
▪ Instituto Butantã	Órgão/ Secretaria de Saúde
▪ Instituto Pasteur	Órgão/ Secretaria de Saúde
▪ IEA – Instituto de Economia Agrícola	Órgão de pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.
▪ Instituto de Pesca	Órgão de pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
▪ Instituto Florestal	Órgão/Secretaria de Meio Ambiente
▪ CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental	Órgão/Secretaria de Meio Ambiente



	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto Geográfico e Cartográfico</li> </ul>	Órgão da Secretaria de Economia e Planejamento
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto Biológico</li> </ul>	Órgão de pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto Dante Pazzanese</li> </ul>	Órgão/Secretaria de Saúde
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto Lauro de Souza Lima</li> </ul>	Órgão/Secretaria de Saúde
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FURP – Fundação para o Remédio Popular</li> </ul>	Laboratório farmacêutico/ Secretaria de Saúde
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto de Infectologia Emílio Ribas</li> </ul>	Órgão/Secretaria de Saúde
Pernambuco	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ITEP – Fundação Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco</li> </ul>	Fundação/ Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
Sergipe	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ITPS – Instituto de Tecnologia e Pesquisas de Sergipe</li> </ul>	Autarquia/ Secretaria de Estado do Planejamento, Ciência e Tecnologia
Ceará	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ NUTEC - Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará</li> </ul>	Fundação/ Secretaria da Ciência e Tecnologia

Quadro II – Institutos e centros de pesquisa estaduais

---

Instituição	Nº de Servidores	Recursos Orçamentários em 2000 (em milhões)
MCT (todas UPs)	5.436	552
Embrapa	8.500	660
CTA	3.700	ND
Cenpes	1.150	264
Fiocruz	3.100	500

Quadro III – Comparação entre o número de servidores e os recursos orçamentários de todas unidades de pesquisa do MCT com relação a outros institutos federais.

### **III – Outros diagnósticos realizados sobre os institutos de pesquisa**

Durante o ano de 2000, os institutos e centros de pesquisa vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia foram avaliados por uma comissão constituída pelo então Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia. Referida Comissão, que foi denominada de Comissão Tundisi, em homenagem a seu Presidente, Prof José Galizia Tundisi, foi formada por dez membros. A comissão utilizou-se de comissões de avaliação externas, que reuniram 72 especialistas que, durante cinco meses, avaliaram o desempenho das unidades de pesquisa e identificaram suas necessidades estratégicas de infra-estrutura para os próximos dez anos.

O trabalho abrangeu ainda a análise minuciosa de variadas questões como a missão e a atuação das unidades de pesquisa, competências essenciais, parcerias, captação de recursos e envolvimento educacional, entre outros. O relatório final propôs uma adequação institucional

do sistema e de cada uma das unidades às prioridades da política de ciência e tecnologia do País.

Outro resultado relevante dos trabalhos da Comissão foi a redefinição da natureza jurídica de algumas unidades de pesquisa (Instituto de Matemática Pura e Aplicada e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá) que foram transformadas em organizações sociais e firmaram contratos de gestão com o Ministério. As outras unidades mantiveram sua natureza jurídica e dez delas firmaram termos de compromisso de gestão, nos quais são estabelecidas as responsabilidades de ambos os lados, as metas a serem atingidas anualmente, com base em indicadores estabelecidos e em critérios de avaliação final. O conjunto de indicadores aplicados é bastante amplo, envolvendo indicadores nacionais (físicos e operacionais, administrativos e financeiros, recursos humanos), indicadores focais desenvolvidos para acompanhar o desempenho de grupos distintos de institutos, a saber: amazônicos, científicos e tecnológicos, e, por último, indicadores específicos para cada unidade.

Apesar da relevância desses resultados, cumpre destacar que a avaliação conduzida pela Comissão Tundisi limitou-se a identificar a adequação das atividades desenvolvidas pelos institutos aos objetivos do MCT. Dessa forma, as informações levantadas viabilizaram a identificação de “gargalos” e desvios de função, mas não permitem sua consolidação ou agregação em indicadores de desempenho. Os indicadores desenvolvidos tiveram como principal objetivo um futuro processo de acompanhamento e avaliação e se restringiram à avaliação de insumos e de resultados.

Para os outros segmentos de institutos ou centros de pesquisa, quais sejam os federais não vinculados ao MCT e os estaduais, não localizamos nenhum diagnóstico recente.

Em consulta ao sítio da ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica, que congrega uma parcela significativa dos institutos de pesquisa elencados no presente estudo, tomamos conhecimento da existência do projeto “Excelência na Pesquisa Tecnológica”, em andamento com o apoio do CNPq. Referido projeto que tem como objetivo avaliar os institutos de pesquisa vinculados à referida associação adaptou os critérios de excelência do Prêmio Nacional de Qualidade – PNQ, iniciativa de

uma fundação privada, à linguagem e contexto próprios do setor de pesquisa tecnológica. A avaliação anual dos institutos é, portanto, feita com base num conjunto de indicadores desenvolvidos pelo projeto e que pretendem ser capazes de permitir uma avaliação dos resultados de cada organização.

Os indicadores adotados medem o desempenho da instituição sob as seguintes perspectivas: financeira (informação sobre a captação de recursos das diversas fontes e sobre as receitas); responsabilidade pública (participação no processo de normalização); mercado/clientes (índices de reclamação e de retenção de clientes); processos (aprovação de propostas, publicações, orientação de alunos de graduação e pós-graduação, citações no ISI, participação em eventos, dedicação dos técnicos a cada tipo de atividade, índice de serviços prestados, etc.); inovação (pedidos de patentes e patentes obtidas no País e no exterior, índice de produtos e processos desenvolvidos/transferência de tecnologia); pessoas (índices de capacitação e treinamento, de qualificação da força de trabalho, de vínculo empregatício, recursos financeiros aplicados em capacitação, etc.) e ambiente organizacional (índice de integração em rede e de eficiência de fornecedores)

Da forma como foi concebido, o projeto constitui ferramenta de avaliação, centrada na visão e nas estratégias da própria instituição, a ser utilizada pelos institutos, no sentido de promover mudanças no seu modelo de gestão. Mesmo a etapa de avaliação externa, prevista no programa, é voltada à identificação de práticas fortes e de oportunidades para melhoria das instituições envolvidas. Tendo em vista essas características e o fato de que o processo de avaliação implica o relato de informações sigilosas, seus resultados somente estão disponíveis para o público de forma agregada.

#### **IV – Sugestão de metodologia a ser adotada**

Tendo em vista esse conjunto de informações levantadas, consideramos recomendável restringir o universo de institutos ou centros a serem avaliados no âmbito do estudo a ser promovido pelo Conselho.

Numa primeira oportunidade, sugerimos, portanto, restringir o universo do estudo aos institutos de pesquisa estaduais e aos outros institutos federais., uma vez que não faz sentido realizar outro estudo sobre as unidades de pesquisa do MCT, pois elas foram avaliadas em 2000 e, como resultado, sujeitas a mudanças de natureza jurídica, em alguns casos, e de orientação que somente foram efetivamente implementadas em 2002. Nesse caso, cabe apenas estudar mais a fundo a metodologia usada, os relatórios gerados sobre cada unidade de pesquisa, as propostas apresentadas pela Comissão Tundisi e o processo de acompanhamento e avaliação do desempenho implantado pelo Ministério. Em suma, avaliar as providências tomadas pelo MCT com base no referido estudo e os avanços obtidos até o momento na melhoria da gestão e nos indicadores de desempenho dos institutos ligados àquela pasta. Caberia, ainda, avaliar os resultados obtidos com a transformação de algumas de suas unidades em organizações sociais.

Definido o universo de instituições a serem estudadas, caberia como passo seguinte estabelecer a forma mais adequada de realização do estudo tendo em vista os objetivos e competências do Conselho.

Para se ter uma idéia da complexidade da tarefa, expomos a seguir as principais etapas de elaboração de um estudo dessa natureza. Na primeira fase de realização desse tipo de diagnóstico, normalmente é elaborada um termo de referência. Neste caso, devido às grandes diferenças entre os institutos e centros de pesquisa federais, seria importante que eles fossem classificados em categorias e que se definisse um conjunto de indicadores para cada categoria, que permitissem avaliar o desempenho das instituições e compará-los. A seleção de indicadores adequados, por si só, já é uma tarefa complexa, em especial na área de ciência e tecnologia, que abrange um amplo espectro de atividades com características e resultados muito distintos, com longo tempo de maturação e, em alguns casos, de difícil quantificação.

De modo geral, os indicadores utilizados na área são de três tipos: indicadores de insumo, indicadores de resultados e indicadores de impacto. Os primeiros são utilizados para quantificar os principais insumos existentes (recursos financeiros, infra-estrutura e recursos humanos). Os indicadores de resultados destinam-se a quantificar a produção de cada

instituição dependendo de sua natureza (patentes requeridas e obtidas, serviços prestados, pessoas capacitadas ou treinadas, contratos de transferência de tecnologia, publicações, teses), entre outros aspectos. O terceiro tipo – indicadores de impacto – destinam-se a mensurar como determinado resultado científico e tecnológico afeta a sociedade, seja no campo científico e tecnológico, seja nas dimensões do desenvolvimento econômico e social. A construção desse último tipo é ainda muito incipiente, não somente em nosso País como em todo o mundo.

Durante a etapa de elaboração do termo de referência, são feitas também uma previsão do esforço necessário para a coleta e tratamento de dados e a análise da necessidade e conveniência de contratação de consultores externos para realizar o levantamento dos indicadores e, com base na sua análise e em outras informações coletadas, enunciar os pontos fortes de cada instituição, fragilidades e possíveis gargalos.

Além da complexidade acima descrita, é importante identificar outras dificuldades, como, por exemplo, de acesso às informações, uma vez que o Conselho não possui mecanismo efetivo que possa motivar essas instituições a fornecerem os dados necessários. Consideramos, pois, que a realização de um estudo dessa natureza diretamente pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados poderá não atingir os objetivos esperados.

Sugerimos como alternativa mais viável uma ação mais política do Conselho. No caso dos institutos e centros de pesquisa estaduais, sugerimos a montagem de reuniões abertas do CAEAT, externas ou não, nas quais seriam discutidos os seguintes temas: inserção dos institutos de pesquisa nas políticas estaduais de desenvolvimento, integração dessas instituições com universidades e empresas locais, interação com institutos de outros Estados, política de compartilhamento de infra-estrutura, política de proteção à propriedade intelectual, política de manutenção e de investimentos, relacionamento com as Fundações de Amparo à Pesquisa, acesso a recursos federais de fomento a C&T, questão salarial dos pesquisadores e de outros servidores e participação nos resultados das pesquisas. Para os institutos que foram transformados em organizações sociais, seria importante obter

depoimento sobre eventuais entraves superados e dos avanços obtidos desde a transformação da natureza jurídica dessas instituições.

Como primeira aproximação, propomos a realização de quatro reuniões nos seguintes locais:

- 1) São Paulo - pois é lá que se encontra instalada a grande maioria dos institutos de pesquisa estaduais;
- 2) Uma capital do Nordeste – pois a região também possui número significativos de institutos. Os convidados dos outros Estados da região poderiam se deslocar para a cidade escolhida;
- 3) Brasília - onde seriam realizadas, numa mesma semana, uma reunião com representantes do Sul e Sudeste e outra com representantes do Norte e Centro-Oeste, uma vez que nessas regiões é menor a concentração de institutos de pesquisa estaduais.

Para as referidas reuniões seriam convidados representantes: da direção de cada instituto de pesquisa, das secretarias estaduais, da ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica, da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da Associação Nacional de Pesquisadores.

Em seguida a esse conjunto de reuniões, seria importante que o Conselho levasse o assunto ao Fórum de Secretários Estaduais de C&T e à Associação das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa.

No caso dos institutos federais, a idéia deveria ser levada à discussão no Conselho de Ciência e Tecnologia – CCT, órgão de assessoramento superior do Presidente da República para a formulação e implementação da política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, no sentido de induzir os Ministérios aos quais estão vinculados os institutos e centros de pesquisa federais a promover conjuntamente com o CAEAT diagnósticos similares ao conduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Como a Secretaria do CCT é exercida pelo Ministro da Ciência e Tecnologia,

consideramos que a abordagem mais adequada seria o encaminhamento do assunto por seu intermédio.

A proposta que ora apresentamos teria ainda como vantagem a possibilidade do CAEAT ter acesso a diagnósticos ou avaliações realizadas recentemente pelos Estados, pelos Ministérios ou diretamente pelas unidades de pesquisa, que não tenham sido, por qualquer razão, divulgados.

Em paralelo a esse trabalho preliminar, o CAEAT deverá manter estreito acompanhamento das discussões sobre a Reforma Universitária e sobre o Projeto de Lei nº 3.476, de 2004, também chamado de Projeto de Lei de Inovação. Referida proposição, apresentada pelo Poder Executivo, que “dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo”, trata de várias questões que afetarão, sobremaneira, o funcionamento dos órgãos da administração pública que têm por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica e aplicada de caráter científico e tecnológico.

As informações coletadas e sistematizadas e os resultados de diagnósticos existentes e de novos levantamentos realizados deverão ser apresentados em seminário de fechamento do estudo para o qual deverão ser convidados dirigentes de institutos e centros de pesquisa, pesquisadores, especialistas em programas de avaliação e entidades representativas dos segmentos envolvidos. Os palestrantes e os convidados do referido evento deverão contribuir com suas impressões sobre os trabalhos e com propostas para a solução dos problemas apontados. Deverão ser também organizadas mesas redondas para propor e discutir iniciativas de mudanças institucionais a serem encaminhadas pelo Conselho ao Poder Executivo e propostas legislativas a serem apresentadas à Câmara dos Deputados.

## **V – Cronograma de trabalho**

Pode-se prever que a realização de estudo dessa natureza, nas condições propostas, demande tempo superior ao estimado para o tratamento da maioria dos temas atualmente em estudo no Conselho.



As reuniões sobre a situação dos institutos estaduais e os contatos do CAEAT com o CCT, com o Fórum de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia e com a Associação das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa deverão ser realizados durante o mês de junho, de forma a permitir a análise das informações coletadas e a contratação de diagnósticos até o mês de novembro quando se prevê a realização do seminário de fechamento do estudo.

Consultoria Legislativa, em 24 de maio de 2004

Walkyria M. Leitão Tavares  
Consultora Legislativa